

O que vem depois do fim?¹

Annita Costa Malufe*

Universidad de Salamanca / PUC-SP / CNPq / ILCML

Resumo: O ensaio detém-se em uma situação recente vivida em comum por todos, a pandemia de Covid-19, a partir do ponto de vista de quem a enfrentou em contexto brasileiro. A busca é por tornar sensível uma situação-limite, em que uma configuração de mundo entra em colapso, de modo a refletir sobre as possibilidades de recriação e reconfiguração de mundos, às vezes antes impensados. É a esses mundos, vislumbrados e sonhados por alguns artistas e pensadores, que o ensaio procura aludir, ao propor a pergunta-título: o que vem depois do fim?

Palavras-chave: Pandemia, fim do mundo, desastre, escrita, criação

Abstract: The essay concentrates in a recent situation lived in common, the Covid-19 pandemic, from the perspective of someone who faced it in Brazilian context. The aim is to let sensible a limit-situation that really collapses a world configuration, in order to reflect on the possibilities of world recreation and reconfiguration, mostly unexpected. These worlds are the one that are glimpsed and dreamed by some artists and thinkers, whose works the essay seeks to allude, proposing the title-question: what does come after the end?

Keywords: Pandemic, end of the world, disaster, writing, creation

[1]

Eu vivi o fim do mundo. No dia anterior, fotografei minha sala de aula vazia, antes de os alunos chegarem. Na semana seguinte, estávamos todos trancados em casa, a universidade fechada, em razão de um vírus ainda desconhecido. Pensávamos que isso seria por no máximo quinze dias, um rápido confinamento até que todos soubessem estar livres do vírus. Até então, ainda íamos sem máscaras ao supermercado, apenas mantendo distância das pessoas, e saíamos para caminhar, como modo de manter alguma atividade física.

Em poucos dias tudo mudou. As informações também mudaram. As máscaras respiratórias não deviam ser apenas para os trabalhadores da saúde, mas para qualquer um que saísse de casa. O vírus não se propagava apenas por contato direto, mas pelo ar. Com a escassez nas farmácias, valia usar até as máscaras caseiras, de pano. Passou a ser preciso ir ao mercado o mínimo possível – comprávamos a provisão da semana toda e tínhamos medo de que os produtos faltassem; desinfetávamos todas as compras ao lado de fora de casa, e também as correspondências e encomendas dos correios. Até as caminhadas se tornaram proibitivas. Eu segui a minha rotina de andar todos os dias, mas me sentia uma fugitiva, mesmo se com duas máscaras no rosto. Tinha receio de ser contaminada: prendia a respiração ao cruzar com alguém. E logo vieram as primeiras mortes de gente conhecida: uma amiga regente de coro, o zelador do nosso prédio, o pai de uma aluna, o palestrante que havia estado em minha aula, os pais de uma colega (os dois, um em seguida ao outro), um professor da faculdade, a minha tia-avó. E os primeiros conhecidos infectados.

As notícias passam a ser quase diárias. Na imprensa, o número de mortos sobe a cada dia: em 21 de abril, eram 2.000 óbitos no país; dia 25, 4.000; dia 29, mais de 5.000; em 9 de maio ultrapassamos os 10.500 mortos. Diz-se que a taxa de mortalidade do novo coronavírus no Brasil é de 6,8%. E já se fala em subnotificação. Fala-se em *lockdown*, mas o governo é contra e a maior parte da população também. Em 19 de maio o estado de São Paulo supera a China em número de mortes por Covid-19. Neste mesmo mês, o número diário ultrapassa o de 1.000 mortos. Em junho, em apenas três dias, são registrados 100.000 novos casos de contaminação por Sars-Cov-2, em um momento em que alguns países falavam em afrouxar o confinamento. Não há como enterrar tanta gente em tão curto prazo. Diversas valas comuns são abertas em todos os estados do país. Os familiares não podem se aproximar dos parentes mortos, pelo risco da contaminação. E fazem seus lutos à distância.

A minha universidade, PUC-SP, se manteve completamente fechada por mais de um ano; todas as atividades, incluindo as administrativas, eram por via remota. As aulas desde abril, mês que sucedeu ao confinamento em São Paulo, passaram a ser on-line, em tempo real. E assim o foram por dois anos, quatro semestres inteiros. Nós, professores, éramos obrigados a gravar toda a sessão, e fazer relatórios semanais sobre nossos conteúdos - tínhamos de provar que dávamos aula. Minhas aulas de três horas da pós-graduação eram mais exaustivas do que as presenciais, três horas seguidas, sem intervalo; todos pareciam querer estar juntos, a sala virtual cheia.

Quando me lembro dessa primeira disciplina realizada à distância, só enxergo uma neblina, uma névoa, instalada entre os alunos, os livros e materiais que usei, o computador, os temas, as minhas tentativas de encontrar um local silencioso em minha casa para poder realizar as aulas sem incomodar nem ser incomodada. Uma bruma espessa e a lembrança de que não havia a menor perspectiva de retorno para nós. Era como se para sempre fôssemos estar a partir daí assim, sentados diante de um computador, mediados por uma plataforma virtual, presos em casa. Que nunca mais voltaríamos à sala de aula.

No segundo semestre, a angústia era a mesma, mas vinha agora um forte conformismo. Nunca mais voltaria à sala de aula, ponto. Fiz um colóquio virtual com os alunos ao final do curso. Fizemos um evento virtual do grupo de pesquisa sobre poesia e pandemia. Particpei de diversos outros eventos virtuais, lancei um livro virtualmente... e nem chamávamos mais assim, eram só “eventos”, como passariam a ser para sempre dali em diante. As pessoas eram agora essas imagens planas, em duas dimensões, e de fato um certo mundo tinha acabado definitivamente para mim.

Não havia perspectiva de vacina contra o vírus no início. E depois, apesar de as pesquisas avançarem, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, se dizia terminantemente contrário e se recusava a admitir a existência da pandemia, assim como liberar recursos para as pesquisas. No segundo mês de pandemia, demitiu o ministro da saúde por suas críticas ao tratamento com cloroquina. Mas era apenas o primeiro: no auge de uma pandemia mundial e o país chega a ter três ministros da saúde. Desde o início, Bolsonaro foi contra as máscaras, contra as vacinas, contra o confinamento. Queria que todos fossem trabalhar. Que bastava tomar vermífugo. Que era apenas uma “gripezinha”. Que quem se preocupava com isso era covarde. Que o Covid era uma invenção “dos comunistas, dos maconheiros”, que vão à universidade fazer “balbúrdia”, que defendem o aborto e são contra deus, porque “são gays” e querem “destruir as famílias”.

A iniciativa de usar máscaras e de ficar em casa foi no Brasil sempre uma opção particular - de cada empresa, cada instituição, empregador e cada família, cada pessoa. Em plena pandemia, cortava-se a verba para a ciência. O Ministro da Educação, já em 2019, havia reduzido a menos da metade as bolsas da pós-graduação e feito cortes colossais na verba das agências de fomento; o ministério era coordenado por

gente que era contra a ciência, contra a universidade: porque é lugar “de comunista, de maconheiro”. Porque a vacina é um “plano da esquerda para implantar um *chip* para as pessoas se tornarem *gays*” (*sic*).

Atravessamos a pandemia de Covid-19 em meio a delírios e uma situação de absoluta precariedade. Um dos únicos instrumentos de catarse nas noites da pandemia era se armar de panelas e colheres de pau e sair às janelas, gritar “fora assassino”, “fora genocida”. Presas em casa, as pessoas gritavam exaltadas, por trinta, quarenta minutos, por noites seguidas, sempre às oito horas da noite. Era uma forma de comunidade, cada um confinado em sua janela de apartamento, gritando muito alto e batendo descontroladamente nos fundos das panelas. “Assassino.” Era a palavra que mais se ouvia. “Genocida.” “Fora.”

À certa altura, além do medo enorme do vírus que pairava pelo ar – pois ainda não havia vacina; e se houvesse, o governo não compraria – e se você adoecesse não havia vaga nos hospitais... além de todo o medo, o uso das máscaras se tornava mais e mais um ato político, discriminatório. Quem não usasse máscara estava ao lado do genocida, era seu eleitor, era negacionista. Quando enfim veio a notícia de uma vacina contra o Covid, no final de 2020, nós não sabíamos se isso chegaria até nós. O presidente não ia comprar vacina. Assim como tinha feito de tudo para evitar as pesquisas em torno da vacina. Por fim, ao menos o governo de São Paulo se opôs à postura negacionista e o Estado foi então o responsável por forçar a entrada da vacina no país, inclusive financiando sua pesquisa e produzindo uma parte delas no Instituto Butantã. O fato é que a distribuição das vacinas foi tão desigual quanto a histórica distribuição desigual de renda no país. E foi uma luta, que acompanhamos dia a dia, até que a campanha pode ser iniciada em final de janeiro de 2021.

Conseguí ser vacinada em junho de 2021. O mesmo mês em que o Brasil registava recordes de mortes, com uma média diária que ainda girava em torno de 2.000 pessoas. É difícil descrever exatamente a sensação de ser vacinada nesse contexto, mas era raro quem não se emocionasse ao tomar a primeira dose. Parecia um milagre. Éramos todos sobreviventes de uma guerra. E que, no entanto, continuava e continuava. O fim de um certo mundo já tinha se dado, mas nós estávamos ainda ali, sobrevivendo. Tínhamos uns restos de aulas para dar, em um canto de nossa sala, espremidos por uma tela de computador. Restos de alunos, todos confinados, quase todos deprimidos. Tínhamos pessoas próximas que sobreviveram à doença, algumas com sequelas. Tínhamos muitos ao redor que perderam parentes mais idosos. Outros que adoeceram de outras doenças, certamente decorrentes da atmosfera apocalíptica que nos assolava.

Eu sentia que nunca mais veria as pessoas de perto. E nunca mais tiraria a máscara descartável PFF2 e nem deixaria de desinfetar todas as compras do supermercado e as correspondências. No início do ano de 2022, houve o grande retorno presencial na universidade. Parecia que chegávamos às ruínas de uma guerra.

Não havia mais bares ou lanchonetes. O prédio estava completamente abandonado, por falta de manutenção. Paredes mofadas, amareladas, pisos e tetos das salas descolando, persianas estragadas, arreventadas. Os espaços esvaziados, os poucos que lá estavam se cumprimentavam de longe, com receios, mas também o alívio de nos reconhecermos vivos. Alguns contavam estar voltando aos poucos a rever parentes e amigos; eu seguia confinada. E segui assim até sair do Brasil em maio de 2022.

Lembro-me de, num encontro virtual de poesia, uma poeta mencionar as noites silenciosas da pandemia. Anotei a frase. Que para mim eram noites assim, cortadas pelo instante de se bater panelas e gritar *fora assassino, fora genocida*. Que pareciam ser também gritos de: *estou vivo, ainda, estou aqui*. Gritos intercalados com o momento de ver os noticiários na internet, que muitas vezes traziam informações de outros mundos, em que a pandemia não tinha sido assim devastadora. Notícias de alguns mundos em que as pessoas iam aos restaurantes; nos quais as livrarias estavam abertas, as pessoas podiam folhear livros nas estantes, tomar café na rua, ir aos museus. Lugares em que havia um tal plano de “desconfinamento gradual” - termo que para nós soava quase como uma anedota. Estávamos cada um sobrevivendo por si. Em algumas áreas, as pessoas sendo obrigadas a trabalhar, sem planejamento algum, como nas escolas que abriam e fechavam, interminavelmente, sem plano algum.

Nós também já não tínhamos plano algum. Desde março de 2020, o plano era sobreviver. Passamos a ser todos alvos de um governo delirante, de uma necropolítica perversa e devastadora. Estar com as pessoas passou a ser perigoso. Todos se tornaram suspeitos. Era preciso sobreviver apenas. Um certo mundo havia de fato acabado. Mas ainda estávamos ali.

[2]

Penso em quantas pessoas a cada momento e em cada lugar vivem essa mesma sensação. De um mundo que desmorona. Quantas pessoas, neste exato momento, estão no fim do mundo. Ou estão, já, depois do fim. Pisando sobre as ruínas de um certo mundo que era o delas. E que acabou. Ou está acabando, nesse exato momento, diante de seus olhos, seus ouvidos, seus corpos. Como a menina que escreve o diário no porão ao som do bombardeio. Ou o soldado no *front*; ou Marco Aurélio escrevendo seu pensamento, no intervalo entre uma e outra batalha; ou ainda Mersault, o personagem de Albert Camus, aguardando a execução. Quantas pessoas hoje, na Ucrânia, em Gaza, ou na Birmânia, ou Sudão, ou ainda em lugares a que a imprensa nem chega, vivem já em uma espécie de pós-fim. E, portanto, já vivem em um quase-outro mundo, pois um certo mundo já não existe mais e tampouco a possibilidade de restituição. E elas ainda não sabem se elas mesmas existirão ao final, ou *como* ou *até quando* existirão, se terão direito a um outro mundo, ainda, depois do fim.

Penso em quantos mundos terminam agora, neste momento exato, e já não têm como ser salvos. E o quanto a menina que escreve no porão ou o soldado no *front*

de algum modo não buscam aí, ao escrever, um mundo, a construção de um mundo ainda possível depois do fim. Penso naqueles que escreveram e escrevem nessas situações-limite. Que fazem da escrita essa própria experiência-limite, que se dá somente e a partir de um verdadeiro limite, do fim real de um mundo. Ou da visão do desmoronamento iminente de um mundo ao qual pertenciam. O fim do lugar. Escrever então se torna a própria experiência de fazer lugar, espécie de único lugar possível na iminência - ou na já constatação - do fim. Talvez como os mundos criados por Anselm Kiefer em Barjac.

Não me parece que por exemplo Maurice Blanchot ou Samuel Beckett (mas tantos outros) tenham escrito em outra condição que não essa. A de se estar decididamente sem lugar. Ou na iminência do desastre, do desmoronamento. Como formulou Blanchot, a “escrita do desastre”, essa que não se apoia em nada, que não tem onde se apoiar, mas que tampouco busca apoio, garantias ou mundos prévios. Escrita que é puro movimento de queda. Espécie de habitação do abismo. Só se cria mundos a partir de uma real necessidade, dada por um fim real, de algum outro mundo que nos tomava, que nos dava casa, lugar, subjetividade, identificação... e que já não pode ser salvo.

Quando Gilles Deleuze formula o conceito de esgotamento em Samuel Beckett, no ensaio “L'épuisé” [o esgotado] (cf. Beckett 1999), não se refere a outra coisa senão a esse esgotamento do possível, desse mundo que nos é dado como o único possível ou o mais verdadeiro, mais “real” ou legítimo. Daí a saída de Beckett, mas também a de Artaud: escrever a partir do abismo. Quando não, provocar o abismo, o abalo; trazer o abismo próprio às coisas, às palavras. Significados, sujeitos, verdades: é preciso quebrar, inserir a falha, a fissura, que nos mostre o avesso dessas ficções. É preciso esgotar a realidade para que novos reais venham à existência.

Daí essa escrita que se faz como absoluta necessidade de criar um mundo, por menor, mais provisório e precário que seja. Instalar a escrita no desastre é instalá-la nesse ponto em que mundos inesperados emergem, porque independentes dos que já aí estão. Por isso essa escrita é também a que escapa dos sujeitos que já aí estão. Como em *O Inominável*, são as palavras que criam o “eu”; são elas que fabulam sujeitos provisórios, no fluxo intermitente e obsessivo da língua, que não tem dono. O sujeito aí foi arrancado para fora de si e do mundo, dirá Blanchot, expulso por esse fluxo inominado, mas também multiplicado, de vozes. Tal voz anônima da escrita escapa até mesmo ao poder do escritor, que não pode mais do que impor silêncio ao fluxo da língua. Nesse momento, o “eu” não tem mais nada a afirmar: nesse ponto, inicia-se a escrita do desastre, nesse fim que é a única possibilidade de um real começo, nessa escrita que aceita o deserto, a ruína e o esquecimento como únicos fundamentos reais. Fernando Pessoa não parece ter partido de outro lugar, senão desse abismo de um eu vazio e ao mesmo tempo saturado de vozes, de sensações e alterações em excesso.

Isso nos faz constatar a quantidade de mundos que são todos os dias criados e destruídos; reinventados e desmontados, mas ao infinito recomeçados, engendrados, inventados, independentemente dos controles de um ou outro sujeito. E o quanto a versão de *um só* mundo para *uma só* humanidade é uma grande ficção; uma ilusão poderosa que nos é imposta desde o nascimento. Nem mesmo *uma* pandemia, que toma todos os países do globo, é uma só; são, foram, muitas diferentes pandemias. Do mesmo modo, são muitas as vozes que podem contar e recriar essa pluralidade, como são muitas as vozes que compõem aquilo que pensamos ser a nossa voz autoral ou individual.

Parece-me que uma das lições desses autores, desses artistas, é ensinar-nos essa multiplicidade de mundos que nos atravessa e a nossa capacidade de participar e impulsionar uma multiplicação infinita de outros mundos. Multiplicação das histórias e das memórias existentes, das vozes que as possam contar, dos corpos que as vivem. E, assim, a proposição de nunca se deixar de contar novas histórias, talvez como uma forma de resistência:

pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (Krenak 2019: 27)

Notas

* Annita Costa Malufe (1975) é investigadora da Universidade de Salamanca, bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e professora na pós-graduação em Literatura e Crítica Literária da PUC de São Paulo. É investigadora colaboradora no ILCML (U. Porto). É autora, dentre outros, de *Poéticas da Imanência: Ana Cristina Cesar e Marcos Sísicar* (7Letras / Fapesp, 2011) e de sete livros de poemas, dentre os quais *Quando não estou por perto* (7Letras / Petrobras, 2012) e *Alguém que dorme na plateia vazia* (7Letras, 2021).

¹ Este artigo foi escrito no âmbito da investigação desenvolvida no Instituto de Literatura Comparada, Unidade I&D financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UIDB/00500/2020 - <https://doi.org/10.54499/UIDB/00500/2020>).

Bibliografia

Beckett, Samuel (1959), *L'Innommable*, Paris, Minuit.

-- (1999), *Quad et autres pièces pour la télévision - suivi de L'épuisé par Gilles Deleuze*, Paris, Minuit.

Blanchot, Maurice (1955), *L'Espace littéraire*, Paris, Gallimard.

-- (1959), *Le Livre à venir*, Paris, Gallimard.

-- (1980), *L'Écriture du désastre*, Paris, Gallimard.

Deleuze, Gilles (1993), *Critique et clinique*, Paris, Minuit.

Krenak, Ailton (2019), *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo, Cia. das Letras.